

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL n. 8033902-55.2021.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma AGRAVANTE: Airton Magalhães Marques Advogado (s): JOAO VITOR MOURA DA COSTA AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): ACÓRDÃO AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. PRETENSÃO RECURSAL: PROGRESSÃO DE REGIME. NÃO ACOLHIMENTO. AUSÊNCIA DO REQUISITO OBJETIVO. REEDUCANDO QUE NUNCA ATINGIU O TEMPO DE EFETIVO CUMPRIMENTO DA PENA NECESSÁRIO À PROGRESSÃO DE REGIME, DADA A INTERRUPÇÃO DO PRAZO POR DUAS VEZES, EM RAZÃO DO COMETIMENTO DE FALTAS GRAVES. SÚMULA Nº 534, DO STJ. O REQUISITO SUBJETIVO NÃO DEMONSTRADO. BOM COMPORTAMENTO CARCERÁRIO NÃO COMPROVADO. EXIGÊNCIA DO § 1º, DO ART. 112, DA LEI Nº 7.210/84. FALTAS GRAVES PRATICADAS PELO REEDUCANDO, QUE TAMBÉM OBSTAM A PROGRESSÃO. AGRAVANTE QUE SE ENCONTRA FORAGIDO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo em Execução Penal nº 8033902-55.2021.8.05.0000, em que figura como agravante AIRTON MAGALHÃES MARQUES e agravado o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Acordam os Desembargadores componentes da 1ª Turma Julgadora da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator. Salvador, data registrada no sistema. JUIZ ANTÔNIO CARLOS DA SILVEIRA SÍMARO SUBSTITUTO DE SEGUNDO GRAU – RELATOR PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Conhecido e não provido Por Unanimidade Salvador, 10 de Fevereiro de 2022. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL n. 8033902-55.2021.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma AGRAVANTE: Airton Magalhães Marques Advogado (s): JOAO VITOR MOURA DA COSTA AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): RELATÓRIO Vistos. Trata-se de Agravo em Execução Penal interposto por AIRTON MAGALHÃES MARQUES, já qualificado nos autos, por intermédio do advogado João Vitor Moura da Costa, OAB/BA nº 53.519, em razão da decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Execuções Penais da Comarca de Salvador/BA, que indeferiu o pedido de progressão de regime. Em suas razões recursais, a Defesa aduz que o agravante foi condenado a uma reprimenda de nove anos, seis meses e doze dias de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto do art. 157, § 2º, I, do Código Penal. Acrescenta que a pena vem sendo regularmente cumprida, alcançando, até então, dois anos, onze meses e seis dias de cumprimento, equivalente a 30% do total da pena imposta. Diante disso, assevera que estão presentes os requisitos legais da progressão de regime, especialmente quando considerado que, no presente caso, a Lei exige o efetivo cumprimento de 25% da reprimenda, de modo que seria imperativa a concessão do pedido, o que foi indeferido pelo juízo de origem. Apresentadas as contrarrazões pelo Ministério Público (ID nº 19802289), que pugnou pelo improvimento do recurso. Por sua vez, o juízo a quo decidiu pela manutenção da decisão vergastada, determinando a remessa do recurso a este E. TJ/BA (ID nº 19802287). A Procuradoria de Justiça, devidamente intimada, opinou pelo conhecimento e improvimento do agravo (ID nº 20969425). Por fim, retornaram os autos conclusos. É o relatório. Salvador, 28 de janeiro de 2022. JUIZ ANTÔNIO CARLOS DA SILVEIRA SÍMARO SUBSTITUTO DE SEGUNDO GRAU – RELATOR PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL n. 8033902-55.2021.8.05.0000 Órgão

Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma AGRAVANTE: Airton Magalhães Marques Advogado (s): JOAO VITOR MOURA DA COSTA AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): 6 VOTO Vistos. Em análise dos fólios, verifico que estão presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso interposto. Dessa forma, passo à análise da tese defensiva, nos termos a seguir delineados. I. DA IMPOSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DA PROGRESSÃO DE REGIME. É cediço que a progressão de regime prisional é um direito garantido aos presos que estão em efetivo cumprimento de pena, desde que o indivíduo preencha os requisitos legais (objetivos e subjetivos), retirando a sua validade do art. 33, § 2º, do Código Penal, in verbis: Art. 33 – A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado. [...] § 2º – As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso No que tange aos retromencionados requisitos, o primeiro diz respeito ao período mínimo de cumprimento da reprimenda em um regime mais gravoso para que o apenado avance para outro mais benéfico, observando as porcentagens estabelecidas no art. 112, da Lei 7.210/84. Vejamos: Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: I – 16% (dezesesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça; II – 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça; III – 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça; IV – 30% (trinta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça; V – 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário; VI – 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for: a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional; b) condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado; ou c) condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada; VII – 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado; VIII – 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional. Já o segundo requisito está relacionado ao bom comportamento do apenado, o qual, segundo o § 1º, do dispositivo legal acima transcrito, “só terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.” No caso em análise, embora tenha registrado a possibilidade do preenchimento do requisito objetivo, o Magistrado a quo indeferiu o pedido de progressão de regime, sob o fundamento de que o agravante incide continuamente na prática de falta grave, haja vista estar foragido. Vejamos: “[...] Examinando os autos, verifico que o penitente foi preso em 02/03/2016, progrediu ao regime aberto em 26/01/2017, cometeu falta grave em 11/02/2017 (conforme auto de prisão em flagrante nº 0300369-48.2017.805.0150 – SAJ), sendo que foi determinada a expedição de mandado de prisão em 05/02/2019 pelo TRF

referente a condenação e não se tem notícia nos autos até o momento sobre o recolhimento do sentenciado, devendo o período de 05/02/2019 até a data do cumprimento do Mandado de prisão expedido por determinação da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (ainda a ser verificada) ser considerado como interrupção do cumprimento da pena, como já deliberado em decisão anterior deste Juízo. Passando-se as coisas desta maneira, estando o penitente evadido tem-se que não pode ser beneficiado pela progressão de regime. Registro que necessária a captura do apenado, porque, em que pese possa até ter preenchido o requisito objetivo para a progressão ao regime intermediário, enquanto não capturado incide o penitente na prática de falta grave, o que impede a concessão da progressão de regime. Pelo exposto, acolho o opinativo do Ministério Público e INDEFIRO o pedido de progressão de regime pelos motivos expostos nesta decisão, ao tempo em que mantenho a suspensão da execução penal até que ocorra a captura do penitente ou que o mesmo se apresente espontaneamente. [...]” (processo nº 0332065-98.2016.8.05.0001 – SEEU, evento 57.1) Na hipótese, em que pese o esforço argumentativo do recorrente, entendo que estão ausentes ambos os requisitos legais da progressão de regime. Inicialmente, importante se faz registrar que a pena originária do recorrente foi de cinco anos e quatro meses de reclusão, em regime semiaberto, sendo o dia 02/03/2016 a data da sua prisão. Em 26/01/2017, obteve a progressão para o regime aberto, passando a cumprir pena domiciliar. Ocorre que, em 11/02/2017, o agravante foi preso em flagrante portando arma de fogo com numeração suprimida em via pública, configurando, assim, a falta grave mencionada pelo juízo de origem na decisão acima transcrita. Ademais, em 05/02/2019, a sentença condenatória foi reformada pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, passando a pena ao montante de nove anos, seis meses e doze dias de reclusão, em regime fechado, bem como determinada a expedição de mandado de prisão, fato este que, segundo a Defesa, “causou imenso abalo emocional ao reeducando” (sic). Após isso, o agravante se evadiu, sendo desconhecido o seu paradeiro até então. Com efeito, considerando-se a nova reprimenda aplicada ao recorrente, bem como que o mesmo era primário e o crime foi cometido com violência ou grave ameaça, o percentual de cumprimento da pena necessário à progressão de regime deverá, de fato, ser aquele previsto no inciso III, do art. 112, da Lei 7.210/84, qual seja, 25%, o que equivale a aproximadamente dois anos e quatro meses de pena efetivamente cumprida. Na hipótese, verifica-se que subsequentemente à custódia do agravante em 02/03/2016, o mesmo praticou falta grave após onze meses, o que, segundo determina a Súmula nº 534 do Superior Tribunal de Justiça, “A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração.” Retomada, do início, a contagem do prazo para progressão de regime e transcorridos mais dois anos, o agravante teve expedido contra si mandado de prisão decorrente da reforma da pena que lhe foi imposta (05/02/2019), quando se evadiu e assim permanece até os dias atuais, o que também se configura como falta grave, consoante disposto no inciso II, do art. 50, da Lei nº 7.210/84. Dessa forma, é evidente que o recorrente nunca atingiu o tempo de efetivo cumprimento de pena para fins de progressão de regime, dada a interrupção do prazo por duas vezes, em função do cometimento de faltas graves, de modo que, contrariamente ao quanto sustentado pela Defesa, a pena não vem sendo cumprida regularmente. Consequentemente, é inconteste o não preenchimento do requisito objetivo para a progressão para o regime semiaberto, o que, por si só, já obsta o provimento do recurso. De mais a mais, o recorrente não trouxe comprovação

de boa conduta carcerária, nos termos do § 1º, do art. 112, da Lei nº 7.210/84, bem como que as faltas graves cometidas, sobretudo a sua fuga, também se configuram como mácula ao requisito subjetivo, impedindo, dessa forma, o deferimento da progressão de regime. Nesse sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. INEXISTÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE REQUISITO SUBJETIVO. FLAGRANTE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. [...] II – A jurisprudência desta Corte Superior é uníssona no sentido de que o cometimento de faltas graves ou de novos crimes no curso da execução da reprimenda constitui fundamento idôneo para negar a progressão de regime, ante a ausência de preenchimento do requisito subjetivo. [...] Agravo regimental desprovido. (STJ – AgRg no HC: 665982 SP 2021/0144299-2, Relator: Ministro JESUÍNO RISSATO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJDF), Data de Julgamento: 17/08/2021, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/08/2021) Assim, sem respaldo o pleito recursal, entendo que a tese defensiva deve ser rechaçada integralmente. II. CONCLUSÃO. Ante o exposto, em acolhimento ao parecer ministerial de ID nº 20969425, voto pelo CONHECIMENTO e IMPROVIMENTO do recurso de Agravo em Execução Penal, nos termos acima delineados. É como voto. Salvador, data registrada no sistema. JUIZ ANTÔNIO CARLOS DA SILVEIRA SÍMARO SUBSTITUTO DE SEGUNDO GRAU – RELATOR